



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Fórum por Reforma Agrária realiza audiência com MP, no triângulo mineiro – Site do MST. 03/09/2012	4
Livro analisa a reforma agrária a partir do Censo 2006. Site do MDA. 04/09/2012	4
Incra assume nova agenda para a Amazônia Legal. Site do MDA. 05/09/2012	5
PB: Mutirões de documentação chegam a mais 17 municípios da Paraíba. Site do INCRA. 06/09/2012	7
PFE: Justiça Federal autoriza o Incra a retomar ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária no Mato Grosso do Sul – Site do INCRA. 06/09/2012	8
Mato Grosso do Sul tem quase 4 milhões de hectares “fantasmas” – Site da CPT. 07/09/2012	9
Condraf institui Comitê de Reforma Agrária. Site do MDA. 12/09/2012	10
MDA espera atender 500 pessoas em mutirão de documentação no RS – Site do INCRA. 14/09/2012	11
Ruralistas aprovam projeto que facilita compra de terras por estrangeiros – Site do MST. 15/09/2012	11
Assentados concluem curso de Pedagogia da Terra no Rio Grande do Norte – Site do INCRA. 18/09/2012	13
MDA e Incra realizam oficina sobre estratégias para regularização fundiária. Site do MDA. 19/09/2012	13
Mudam as prioridades do Incra. Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/9/2012	14
Incra quer elevar produção agrícola em assentamentos Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/9/2012	14
Assentados fecham primeira venda de sementes de feijão para a Venezuela – Site do INCRA. 20/09/2012	16
Incra assina termo de cooperação para ampliar acesso às políticas públicas, na Paraíba. Site do MDA. 20/09/2012	17
“O papel central do Incra é fazer a Reforma Agrária”, afirma sindicalista. <i>José Coutinho Júnior</i> – <i>Site do MST.</i> 21/09/2012	18
Incra busca articulação entre programas de combate à pobreza para beneficiar agricultores gaúchos – Site do INCRA. 21/09/2012	21
A desnacionalização fundiária. Mauro Santayana – Carta Maior. 23/09/2012	22

Instrução Normativa define procedimentos para aquisição de terras por estrangeiros – Site do INCRA. 28/09/2012	26
“Luta pela terra não deve ter limites”, defende Sánchez Gordillo. Guilherme Kolling e Naira – Site do MST. 28/09/2012	27

Fórum por Reforma Agrária realiza audiência com MP, no triângulo mineiro – Site do MST. 03/09/2012

Os movimentos de luta pela terra, que integram o Fórum Regional por Reforma Agrária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, participam nesta terça-feira (04), a partir das 9h, de uma audiência com o Ministério Público, em Uberlândia-MG.

Além dos representantes dos movimentos sociais, a audiência deve contar com a presença do presidente nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes de Guedes, o ouvidor agrário nacional e desembargador, Gercino de Oliveira, o procurador de Justiça Afonso Henrique Miranda Teixeira, representações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre outras autoridades.

Durante a audiência será discutida a pauta de reivindicações do Fórum, que exige do governo federal mais agilidade no assentamento das famílias sem-terra, que continuam acampadas na região, a instalação de infraestruturas nos assentamentos e créditos agrícolas para as famílias assentadas.

A reunião com o MP foi marcada no último dia 21/08, após 500 trabalhadores do Fórum por Reforma Agrária ocupar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Uberlândia.

O Fórum Regional por Reforma Agrária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é formado pelos seguintes movimentos sociais: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MPRA – Movimento Popular pela Reforma Agrária, MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra do Prata, MPST – Movimento Popular dos Sem Terra e MLTM – Movimento de Luta por Terra e Moradia.

A audiência será realizada na 01ª Promotoria de Justiça do Ministério Público, em Uberlândia.

Livro analisa a reforma agrária a partir do Censo 2006. Site do MDA. 04/09/2012

Produzida pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA), a publicação Censo 2006 e a Reforma Agrária – Aspectos metodológicos e primeiros resultados será lançada em Porto Alegre/RS, nesta quarta-feira (5), às 14h, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O lançamento é promovido pelo Nead em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade (PGDR).

De autoria de Vicente P. M. de Azevedo Marques, Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França, a pesquisa delimita o universo dos beneficiários dos assentamentos da reforma agrária, destacando parâmetros como unidade de análise, origem do estabelecimento, condição do produtor em relação às suas terras, forma de obtenção das terras e localização dos projetos de assentamento. A partir dessa definição e da

combinação de variáveis censitárias são apresentados dados quantitativos agregados e comparativos por unidade de Federação, região e Brasil, situando esse universo em relação ao conjunto do setor agropecuário abordado no Censo 2006.

“O livro é uma pesquisa que permite um olhar do Censo 2006 para o estabelecimento de novas diretrizes que organizem e possibilitem novas análises sobre a reforma agrária. Seu lançamento é estratégico porque alcança pesquisadores e estudantes que poderão utilizá-lo como fonte para seus próximos trabalhos”, ressalta Guilherme Abrahão, coordenador executivo do Nead.

A partir de um minucioso estudo foi possível identificar, nos registros do Censo Agropecuário 2006, aqueles relativos aos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário. Foram identificadas 598 mil unidades produtivas, o que correspondia a cerca de 80% dos assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e do Crédito Fundiário naquele ano. Estas unidades produtivas ocupavam uma área de 29,5 milhões de hectares, o que correspondia a 12% dos estabelecimentos e 9% da área abarcada pelo Censo Agropecuário 2006. Estes registros abrangem os assentados do Incra e do Crédito Fundiário, comunidades rurais tradicionais (quilombolas, extrativistas e outras), populações ribeirinhas e os atingidos por barragens, entre outros.

Incrá assume nova agenda para a Amazônia Legal. Site do MDA. 05/09/2012

A mudança do perfil dos assentamentos da reforma agrária na Amazônia foi o foco da reunião de superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) –, da Amazônia Legal, durante dois dias em Belém/PA. Eles assumiram o compromisso de instituir uma agenda de ações que tem como prioridade tornar os projetos de assentamentos ambientalmente sustentáveis e consolidados do ponto de vista legal, tornando-os comunidades rurais autônomas.

Sob a coordenação da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos (DT), os superintendentes discutiram o Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento, apresentado pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM). O Plano será executado pelas superintendências regionais por meio de parcerias com governos e organizações públicas e não governamentais e que pautou a agenda de entendimentos entre o Incra e o MPF, em reunião realizada sexta feira (31).

Os trabalhos se iniciam por meio de uma cooperação técnica firmada entre o Incra e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), que possui experiência em assentamentos. As ações conjuntas entre Incra e Ipam tiveram início em 2008, no estado do Pará, com a atuação conjunta em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) das áreas de várzeas, na região do Baixo Amazonas. Para esta nova etapa, fruto da cooperação técnica firmada em 2012, foram priorizados os projetos localizados na BR-163 (Cuiabá/Santarém) e, ainda, o mapeamento do passivo ambiental e estudo da dinâmica do desmatamento para, a partir daí, buscar soluções para cada situação.

Cássio Alves Pereira, coordenador do Ipam em Belém, explica que o trabalho vai se concentrar com mais intensidade no Pará, mas todas as superintendências regionais serão visitadas. Após levantamento de cada situação será realizado um workshop com

outros parceiros externos, como governos e organizações sociais ligados à reforma agrária, para a apresentação do plano.

O presidente do Inca, Carlos Guedes, assegurou aos superintendentes regionais que todos terão apoio para cumprir suas metas, que serão apresentadas por meio de projetos. “O Inca tem todas as condições para contribuir com a conservação da Amazônia Legal”, reiterou Guedes. As atividades do cronograma de atividades de cada superintendência estarão sob a supervisão da Coordenação de Meio Ambiente do Inca; e o controle social das instituições parceiras e sociais, e acompanhamento externo, por meio do Ministério Público Federal (MPF), a quem serão apresentados relatórios trimestrais do que foi realizado.

Regularização Fundiária

Em parceria com o Programa Terra Legal, vinculado ao MDA, o Inca vai regularizar e consolidar os assentamentos criados nas décadas de 1970, 1980 e até início de 1990, quando o órgão foi o agente de Estado para a ocupação da Amazônia. Os assentamentos criados posteriormente entram na rota da integração com outros programas do governo federal, como o Minha Casa, Minha Vida, PAC 2 Infraestrutura, Brasil Sem Miséria, e terão regularização fundiária e ambiental além de assistência técnica diferenciada para se desenvolver.

MPF

Ainda em Belém, Carlos Guedes se reuniu com o procurador da República Daniel Azeredo, com representantes do governo do estado do Pará, sob a coordenação do secretário da Agricultura, Hildegardo Nunes, e com organizações não governamentais para uma nova etapa de entendimentos sobre a questão fundiária no estado. O MPF demonstrou estar de acordo com a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta em que as partes assumam compromissos, com acompanhamento da instituição, conforme cronograma.

Guedes afirmou que o Inca inicia no Pará uma agenda de peso na prevenção ao desmatamento que inclui suporte ao Terra Legal para regularização fundiária no estado, integração aos programas existentes no governo federal, inclusão produtiva em assentamentos diferenciados, incluindo a conversão do antigo modelo de Projeto de Assentamento a essa nova modalidade, por meio de assistência técnica diferenciada.

As ações terão prioridade nas áreas do Programa Municípios Verdes, que conta com a adesão de cem municípios e onde o governo estadual já possui instrumentos de monitoramento ambiental; na BR-163 (Cuiabá/Santarém), especialmente na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e no polo biocombustível na região de Moju. A cooperação também prevê que o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) disponibilize ao Inca a projeção de riscos do desmatamento e que a The Nature Conservancy (TNC) compartilhe informações sobre recuperação de áreas degradadas para subsidiar a assistência técnica destinada aos assentamentos na região atendida e demais demandas de recuperação dos projetos de assentamentos.

MPE

Em reunião liderada pelo Ministério Público Estadual (MPE) foi discutida a criação de um ambiente para enfrentar os conflitos dos dados fundiários do Estado e corrigir as distorções. Levantamentos apontam que no Pará a sobreposição de áreas é quatro vezes maior que seu território. Guedes adiantou à procuradora Sumaya Saady que o Incra vai colocar na internet todo o acervo fundiário do País e defendeu que é preciso atribuir as responsabilidades de cada um, integrar as bases de dados existentes e dar transparência às informações.

PB: Mutirões de documentação chegam a mais 17 municípios da Paraíba. Site do INCRA. 06/09/2012

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) irão beneficiar comunidades rurais, acampamentos e assentamentos da reforma agrária de 17 municípios paraibanos com mais uma rodada de mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, nos territórios da cidadania Vale do Piranhas, Médio Piranhas, Alto Sertão e Vale do Piancó.

Os mutirões começam nesta quinta-feira (6), e vão até o dia 23, deste mês. Durante todo o dia, poderão ser tirados, gratuitamente, documentos como registro de nascimento, carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e carteira de pescador. Os atendimentos são realizados com o auxílio de um ônibus equipado e os documentos são entregues na hora, inclusive a carteira de identidade.

O mutirão de documentação começa pelo município de Vieirópolis (6/9), em seguida Marizópolis (dias 7 e 8), Nazarezinho (dia 9), Santa Cruz (10), São Francisco (dia 11), São Domingos (dia 12), Aparecida (dia 13), Paulista (dia 14), São Bento (15), Mato Grosso (16), Jericó (dia 17), Lagoa (18), Pombal (19), São Bentinho (20), Vista Serrana (21), Coremas (22), Cajazeiras (23). Os municípios pertencem aos Territórios da Cidadania Zona da Mata Sul e Borborema.

Os participantes do mutirão também poderão receber orientações sobre direitos previdenciários, a exemplo de salário maternidade e auxílio doença, e assessoria jurídica em casos como mudança de profissão de doméstica para agricultora (destinado a agricultoras familiares), pensão alimentícia, divórcio, termo de união estável e reconhecimento de paternidade. A prioridade nos atendimentos é dada às mulheres, como parte das ações do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre/MDA), mas homens e crianças também são beneficiados.

Parceiros

Na Paraíba, as ações vêm sendo desenvolvidas em parceria com instituições como o Instituto de Polícia Científica do Estado (IPC), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), a Defensoria Pública do Estado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

(Emater), o Ibama, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Projeto Dom Helder Câmara, o Cunchã – Coletivo Feminista. Contam, ainda, com a participação de associações, sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais.

PFE: Justiça Federal autoriza o Incra a retomar ações de obtenção de terras para fins de reforma agrária no Mato Grosso do Sul – Site do INCRA. 06/09/2012

Decisão da 1ª Vara Federal de Naviraí, proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 0000208-03.2011.403.6006, permite que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) volte a promover ações de obtenção de terras para desapropriações destinadas à reforma agrária no estado do Mato Grosso do Sul.

A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público Federal após indícios de irregularidades na destinação de lotes da reforma agrária, fato que demonstrava uma ausência de fiscalização da situação ocupacional dos lotes nos projetos de assentamento naquele estado. Com base nesses indícios, em agosto de 2010 a Justiça Federal concedeu liminar determinando a suspensão de todos os processos de aquisição de imóveis com fins de reforma agrária na região.

Na tentativa de resolver a questão, o Incra elaborou um plano de vistoria a fim de fazer um levantamento da situação ocupacional de 11.126 (onze mil, cento e vinte e seis) lotes da reforma agrária, encontrando algumas irregularidades e adotando as medidas necessárias. Dessa forma, o Incra demonstrou ao Poder Judiciário atitude proativa.

Nesse contexto, a juíza Ana Aguiar dos Santos Neves entendeu que manter a medida de suspensão das ações do Incra no Mato Grosso do Sul representaria um prejuízo aos trabalhadores rurais que ainda aguardam aquisição de lotes. Um processo que, segundo ela, tem final “incerto e possivelmente remoto”.

O superintendente do Incra, Celso Cestari Pinheiro, calcula que cerca de 20 mil pessoas ainda precisam de assentamento no Mato Grosso do Sul, e não tem como prever quando será feita a total vistoria de terras no Estado por causa da greve dos funcionários. “Calculamos que até o final do ano tenhamos terminado, mas com muito esforço pela greve. São 93 mil hectares vistoriados no local desde outubro de 2011, quando a minha gestão entendeu que a medida judicial visava apenas nos proibir de desapropriar terras e comprá-las para a reforma agrária, mas não de realizar vistorias”, enfatizou.

Terras à vista

Celso Cestari informa que equipes do Incra verificaram enorme vazio demográfico entre Nova Alvorada do Sul e as cidades que ficam na divisa do estado de São Paulo. “São quilômetros sem concentração de pessoas”. Na região, existem dois assentamentos do órgão e, à frente, o Distrito de Casa Verde.

“Estamos levantando a questão das terras da região para fazer intervenções ali, onde os lotes são mais baratos”, disse. Isso porque a preocupação agora é com a valorização das terras do sul do Estado. Devido à decisão que suspendeu as negociações em agosto de 2010, produtores que já previam a retomada das terras passaram a valorizar seus lotes.

Com a decisão judicial favorável, o Incra pode retomar as ações no Mato Grosso do Sul. De acordo com Celso Cestari, o estado tem a segunda maior concentração fundiária do país.

Mato Grosso do Sul tem quase 4 milhões de hectares “fantasmas” – Site da CPT. 07/09/2012

Ladário, no interior de Mato Grosso do Sul, é um município pequeno, tem pouco mais de 34 mil hectares, mas quando se tem em mãos os cadastros rurais do local, a cidade ganha outra dimensão: doze vezes maior. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ladário possui 159 imóveis rurais que abrangem 422,3 mil ha, uma área 1.233% maior que a superfície total do município.

Do site do Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul

Levantamento realizado pelo Incra encontrou distorções como esta em 60 dos 78 municípios de Mato Grosso do Sul. Segundo informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), a área total registrada nos cartórios do estado supera a superfície de MS em mais de 4 milhões de hectares – tamanho equivalente à área total do estado do Rio de Janeiro.

Para investigar tamanha “incoerência”, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquéritos civis públicos em Dourados e Corumbá. O objetivo da investigação é esclarecer as distorções e descobrir qual o correto georreferenciamento das áreas, quais registros são falsos e em quais casos trata-se de grilagem de terra.

TJ deve fazer correção em cartórios

O MPF oficiou a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, responsável pelos cartórios de MS, para que realize correção nos registros públicos. Já a Superintendência Regional do Incra deve encaminhar informações sobre a situação jurídica dos imóveis rurais de todos os municípios do estado.

Segundo o Ministério Público, as distorções devem ser apuradas imediatamente. A existência de terras “fantasmas” pode fazer com que pessoas utilizem títulos irregulares para ter garantias imobiliárias em empréstimos bancários. Há, ainda, a possibilidade de venda de escrituras de imóveis inexistentes e do emprego de títulos falsos como forma de pagamento em ações de desapropriação.

Terras “fantasmas”

No ranking das terras “fantasmas”, Ladário, Coxim, Pedro Gomes, Miranda e Nioaque integram a lista dos cinco municípios que possuem mais área declarada como rural do que superfície territorial. A porcentagem é de, respectivamente, 1.223%, 146%, 140%, 139% e 136%. Somente neste cinco municípios, as terras irregulares somam aproximadamente 1 milhão de hectares.

Se os dados do Incra fossem reais, seria como imaginar que dos 78 municípios de MS, 75% deles fossem totalmente rurais, sem qualquer desenvolvimento urbano. E, ainda, supor que eles extrapolassem a superfície de MS, abrangendo áreas de outros estados ou países.

Condraf institui Comitê de Reforma Agrária. Site do MDA. 12/09/2012

A discussão sobre reforma agrária ganha a partir de hoje mais espaço com a implantação do Comitê de Reforma Agrária. A criação do grupo especial, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf), foi anunciada pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes de Guedes, nesta quarta-feira (12), no último dia da 51ª Reunião Ordinária do Condraf, em Brasília.

De acordo com Guedes, a participação do Incra na reunião visa inaugurar uma agenda de trabalho junto ao Condraf que sirva de subsídio para o fortalecimento do órgão e a criação do comitê especial. “Nesse diálogo permanente com a sociedade civil vamos aperfeiçoando as políticas públicas, melhorando o desempenho enquanto órgão promotor da reforma agrária. O Comitê vai ter papel fundamental para estarmos sempre com a política alinhada com o que pensam os movimentos sociais e a comunidade civil”, ressaltou.

Guedes falou sobre os quatro elementos que nortearão as atividades do Incra: Desenvolvimento dos Assentamentos da Reforma Agrária; Obtenção de Terras e Criação de Projetos de Assentamento; Governança e Ordenamento da Estrutura Fundiária; e Gestão. O presidente explicou que para o desenvolvimento dos assentamentos serão executadas políticas de infraestrutura integradas, com foco no apoio à produção garantindo financiamento e comercialização. “Para isso a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) vai ser primordial. Vamos garantir a Ater”, salientou.

Na obtenção de terras, o objetivo será definir uma rota de acesso a políticas públicas que proporcionem ao novo assentamento ter, de forma rápida, as condições de infraestrutura e produção.

Para Guedes, o quesito governança é um conceito novo que vai ser trabalhado. “Vai revelar qual é o Brasil rural que temos e o que podemos ter, com melhorias e transparência da informação sobre os imóveis rurais do nosso país”, apontou.

Dos três objetivos finalísticos, segundo o presidente do Incra, espera-se conquistar o quarto elemento: uma gestão adequada e capaz de enfrentar os desafios. Para ele, o princípio concreto, desde a criação de um projeto de assentamento, é o de transformá-lo

em uma comunidade rural autônoma que contribua com a coletividade. “Dessa forma vamos fazer esse trabalho aproximando outras políticas governamentais para os assentados da reforma agrária e melhorar nossas iniciativas”, afirmou.

Na avaliação do secretário executivo do Condraf, Roberto Nascimento, a reunião propicia um espaço público onde movimentos sociais e representantes do governo podem se reunir e falar. “Esse momento é histórico. Estamos criando um novo ciclo. Vamos aprovar a criação do Comitê de Reforma Agrária que vai discutir a fundo o conceito do tema. O que movimentos sociais e governo pensam. Um balanço do que foi feito até hoje para se chegar à síntese do que é, de fato, uma reforma agrária pensada pelos atores sociais da vida do país”, assinalou.

A reunião encerra com a discussão sobre a realização da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. O evento está previsto para ser realizado em setembro de 2013, antecedendo o ano da agricultura familiar, em 2014.

MDA espera atender 500 pessoas em mutirão de documentação no RS – Site do INCRA. 14/09/2012

Cerca de 500 pessoas, entre agricultoras, indígenas e indivíduos que se enquadram na faixa de extrema pobreza, dos municípios de Alpestre e Vicente Dutra, localizados no Território da Cidadania Alto Médio Uruguai, no Rio Grande do Sul (RS), terão a oportunidade de colocar em dia a sua documentação.

Nos dias 14, 15 e 16 de setembro (sexta-feira a domingo), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Defensoria Pública, governo do estado e prefeituras, promovem o 11º mutirão do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

Na avaliação da delegada do MDA no Rio Grande do Sul, Dalva Schreiner, sem documentação a pessoa não tem acesso à cidadania. “Ter documento é fundamental para assegurar os direitos à cidadania. Com isso, o PNDTR se faz cada vez mais importante para garantir acesso às políticas públicas do governo federal, especialmente aos incluídos no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM)”, pondera.

A equipe, formada por mais de 20 profissionais, vai atender as pessoas interessadas em obter carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento e casamento (2ª via), cartão do SUS, pré-natal para gestantes e auxílio maternidade, além de assegurar encaminhamentos para aposentadoria.

As prefeituras de Alpestre e Vicente Dutra participam da ação com as secretarias municipais de Saúde, Educação, Agricultura e Cultura. Após 30 dias, os documentos emitidos, gratuitamente, estarão disponíveis nos municípios, por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) local ou na prefeitura.

Ruralistas aprovam projeto que facilita compra de terras por estrangeiros – Site do MST. 15/09/2012

Em mais um projeto com forte interesse de deputados ruralistas, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou nessa quarta-feira o substitutivo do deputado Homero Pereira (PSD-MT) ao Projeto de Lei 2289, de 2007, do deputado Beto Faro (PT-PA), que regulamenta a compra de terras brasileiras por pessoas e empresas estrangeiras.

O primeiro texto, do deputado petista, limitava a compra de terra por empresas nacionais controladas pelo capital estrangeiro. Em maio deste ano, os ruralistas apresentaram outro conteúdo ao projeto, que foi imediatamente encaminhado para apreciação nas comissões. Este último texto flexibiliza a aquisição e o arrendamento de terra por pessoas físicas estrangeiras e por empresas com sede fora do Brasil.

Atualmente, o comércio de terras para estrangeiros e empresas brasileiras controladas por estrangeiros sofre restrições por conta de parecer da Advocacia Geral da União (AGU). A operação é liberada para a compra de, no máximo, 50 módulos fiscais para pessoas físicas e 100 módulos fiscais para empresas estrangeiras.

O texto aprovado não impõe restrições às empresas brasileiras constituídas ou controladas direta ou indiretamente por estrangeiros e às companhias de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores no Brasil ou no exterior. Fica proibida, porém, a compra de terras no Brasil por fundos soberanos de outros países.

O deputado Homero Pereira acredita que o texto dê um tratamento de empresa brasileira da mesma forma como qualquer investidor. "Mesmo que ela seja controlada por capital estrangeiro, é uma empresa brasileira. Nós temos investidores estrangeiros que vêm para o Brasil investir na indústria, para vender carro, para investir em telefonia e em uma série de setores do nosso País. Por que nós não podemos também ter capital deles nas terras? Ele é bem-vindo, desde que venha aqui gerar emprego e renda", defendeu.

O texto aprovado teve os votos contrários dos deputados Jesus Rodrigues (PT-PI) e Josias Gomes (PT-BA). Para Rodrigues, que chegou a apresentar um voto em separado, o parecer comete um equívoco com um patrimônio brasileiro. "De todos os países do mundo, o Brasil é o que tem a maior capacidade de ampliar sua produção agropecuária. Isso é estratégico para o Brasil e para o mundo. Alguns países não permitem a aquisição de terras por estrangeiros. Eu não vejo porque o Brasil permitir a aquisição de terras por estrangeiros com critérios tão flexíveis, com regras tão fáceis de serem trabalhadas para a montagem de grandes áreas em mãos de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras".

A aquisição de imóveis com áreas inferiores a quatro módulos fiscais e o arrendamento de áreas com menos que dez módulos fiscais ficam dispensadas de qualquer autorização ou licença. Entretanto, a soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos municípios onde se situem.

Tramitação

A proposição ainda terá de ser analisada pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça (CCJ) e de Cidadania em caráter conclusivo.

Assentados concluem curso de Pedagogia da Terra no Rio Grande do Norte – Site do INCRA. 18/09/2012

Está marcada para esta quinta-feira (20) a colação de grau de 46 universitários oriundos de assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte. Eles concluíram o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, chamado de Pedagogia da Terra, uma ação que faz parte do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (Pronea), realizada em parceria entre o Incra e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

As atividades de formatura, que contarão com as presenças do superintendente regional do Incra/RN, Valmir Alves, e da representante da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania do Incra/Sede, Érika Eugênia Coutinho, serão iniciadas na quarta-feira (19) com um ato ecumênico agendado para as 16h, no Centro Patativa do Assaré, em Ceará-Mirim (RN), seguida da aula da saudade, às 19h. No dia seguinte, ocorrerá a colação de grau, às 19h, na Estação Cultural, também em Ceará-Mirim e, finalmente, o baile de formatura, às 21h.

O curso teve carga horária de mais de três mil horas/aula, sendo administradas disciplinas com temas relacionados à licenciatura plena em pedagogia e ao meio rural. Os estudantes assistiram aulas presenciais – o chamado Tempo Escola – que ocorreram nas instalações da UFRN, e realizaram vivência nos assentamentos, durante o Tempo Comunidade.

Investimentos

O Incra investiu cerca de R\$ 620 mil, recursos destinado ao transporte dos estudantes, alimentação, hospedagem, material didático e de expediente. Quanto à UFRN, coube oferecer professores e infraestrutura de salas de aula. A autarquia da reforma agrária, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), viabilizou, ainda, o custeio de bolsas para monitores, que atuaram durante os últimos dois anos nas atividades do curso.

A turma conta com 46 formandos moradores de 20 assentamentos localizados nos municípios do Território da Cidadania do Mato Grande. São eles: João Câmara, São Miguel do Gostoso, Touros, Ceará-Mirim, Bento Fernandes, Poço Branco, São Rafael, Macaíba, Ielmo Marinho, Senador Eloi de Souza e Pureza. Depois de formados, os assentados poderão trabalhar como professores das séries iniciais do ensino fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na coordenação pedagógica de instituições de ensino e na gestão e desenvolvimento de projetos na área de educação.

Esta é a terceira turma a concluir a licenciatura em Pedagogia da Terra. A duas primeiras se formaram em Mossoró, no ano passado, a partir de um convênio entre o Incra e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). No estado, o Incra investiu recursos que ultrapassam R\$ 7 milhões para atendimento de dois mil jovens e adultos trabalhadores rurais assentados, em cursos de educação de jovens e adultos, profissionalizantes e de nível superior.

MDA e Incra realizam oficina sobre estratégias para regularização fundiária. Site do MDA. 19/09/2012

A governança fundiária é tema da oficina realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), nas próximas quinta e sexta-feiras (20 e 21), em Brasília. A ideia é reunir os principais gestores da área e identificar as convergências no processo de regularização fundiária, além de subsidiar a definição de diretrizes para a formulação de uma política única de governança fundiária do governo federal.

A oficina vai ser realizada no auditório do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e reunirá representantes da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal/MDA), Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) e do Incra.

O secretário da Serfal, Sérgio Lopes, explica que o momento é de discutir de forma combinada a construção de uma linha única de ação do MDA e Incra para o tema. “Esta oficina vai auxiliar na consolidação de um entendimento comum entre o ministério e o Incra nesta questão. Temos a oportunidade de ampliar a elaboração sobre esse grande desafio nacional, e o MDA exerce um papel protagonista neste processo”, fala. O secretário da SRA, Adhemar Lopes, realça a importância da atuação conjunta para conquistar maior rapidez no processo. “Esta oficina é um esforço coletivo do governo federal para a construção de estratégias que permitam dar celeridade e eficiência às ações de regularização”, afirma.

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, esclarece que o MDA é a pasta do governo federal com maior acúmulo e intervenção na questão fundiária e que a oficina busca nivelar os procedimentos e ações das três áreas que atuam no tema. “Estamos trabalhando para unificar os entendimentos e procedimentos do Incra, da SRA e da Serfal quanto à questão da gestão da malha fundiária”, conclui.

Mudam as prioridades do Incra. Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/9/2012

Dois meses após assumir a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Carlos Guedes de Guedes começa a colocar em prática um plano para modificar a atuação da autarquia, dando mais ênfase à produção de alimentos pelos assentados. Com respaldo da presidente Dilma Rousseff, o Incra vai deixar as aquisições de terras em segundo plano e concentrar seu papel na regularização fundiária no Nordeste para combater a extrema pobreza. A pedido de Dilma, o Incra ampliará a assistência técnica aos produtores assentados, para que possam gerar renda.

Até agora visto somente como um provedor de terras e um "braço operacional" de movimentos sociais, o Incra vai se dedicar à melhoria da qualidade de vida dos assentados. "Nós vamos continuar assentando, mas nossa prioridade será assentar com qualidade e não apenas bater recordes em número de assentamentos", disse Guedes.

Incrá quer elevar produção agrícola em assentamentos Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/9/2012

Carlos Guedes de Guedes: para superar a pobreza, acesso à terra e mais renda

Dois meses depois de assumir a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o economista gaúcho Carlos Guedes de Guedes começa a colocar em prática um plano para modificar profundamente a atuação da autarquia, com mais ênfase no aumento da produção de alimentos dos assentados.

Até então visto como somente um provedor de terras e um "braço operacional" das reivindicações dos movimentos sociais, o Incra planeja se concentrar na melhoria da qualidade de vida dos assentados por meio do aumento da renda proveniente da produção rural.

"Vamos continuar assentando, mas nossa prioridade é fazer isso com qualidade e não apenas bater recordes em números de assentados. Em décadas passadas, o Incra se consolidou como um espaço de resposta às demandas que os movimentos sociais apresentavam com muita contundência", disse Guedes.

"Nessa época, governos colocavam recursos para atender às demandas recebidas dos movimentos. Já a partir do governo do presidente Lula a dinâmica mudou. Nós temos programas de educação, moradia, política de infraestrutura para o campo", explicou.

Com respaldo da presidente Dilma Rousseff, o Incra vai deixar as aquisições de terras em segundo plano e concentrar sua atuação na regularização fundiária do Nordeste. Na região, 59.719 imóveis foram regularizados em 2010 e 49.274 em 2011. A pedido de Dilma, o Incra dará mais assistência técnica aos produtores assentados para que eles possam ter renda.

"Dilma está confiante em mostrar para o Brasil que os assentamentos são uma oportunidade de geração de renda e qualidade de vida das famílias. Ela quer que o Incra se aproxime do conjunto de programas do governo. Precisamos criar condições para que os principais programas governamentais cheguem nos assentamentos seja na área social, como o Brasil Carinhoso, como na infraestrutura, como o Minha Casa, Minha Vida".



A expectativa da autarquia é reduzir a pobreza, principalmente no Nordeste, com a venda de excedentes de produção. Atualmente, 15 mil famílias já vendem as sobras de sua produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A intenção do Incra, de acordo com Guedes, é triplicar esse número até o fim desta safra.

"Para superar a pobreza extrema, identificamos que deve haver o acesso à terra e aumento da renda. Em geral, a concentração de terras gera pobreza extrema. Das 50 mil famílias que o Ministério do Desenvolvimento Agrário apoia no Brasil Sem Miséria a maior parte está no Nordeste, onde se concentra 66% da pobreza rural no país. Por isso, a ênfase da nossa atuação será no Nordeste".

Ao contrário da agricultura extensiva, os principais produtos produzidos por assentados são os alimentos consumidos pela população, como feijão, milho, novilhos, galinha caipira, queijo, mandioca e leite. Em 2006, de acordo com o censo agropecuário do IBGE, 10% da mandioca produzida no país era oriunda de assentamentos e 9% do arroz tinha a mesma fonte.

Para levar adiante o plano, o Incra mais do que duplicou seu orçamento para assistência técnica. Somente em 2012, a verba para a área é de R\$ 245 milhões, atendendo 250 mil famílias. Em 2011 esse valor foi de R\$ 110 milhões. O orçamento total da autarquia para 2012 é de R\$ 1,8 bilhão. Já o orçamento para obtenção de terras sofreu retração de 11,8%. Em 2011, foram empenhados R\$ 790,8 milhões para a obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. Neste ano foram direcionados R\$ 700 milhões a aquisições.

"Obviamente estamos em um processo de atualização da visão da reforma agrária no Brasil que passa fundamentalmente em um olhar mais cuidadoso e mais aprofundado sobre a qualidade dos assentamentos", disse.

Para se concentrar nesta tarefa, a autarquia passou a delegar responsabilidades para outros órgãos. "Até pouco tempo, construíamos estradas, casas, levávamos luz, água e nos preocupávamos pouco com a produção. Isso está mudando. Agora, o governo faz as estradas, o Minha Casa Minha Vida está dentro dos acampamentos e levamos os programas Luz Para Todos e o Água Para Todos. Com isso temos mais tempo para cuidar do que realmente interessa, o assentado", explicou.

Em sua posse, em 24 de julho, Guedes evitou falar sobre metas de assentamento e argumentou que a prioridade, tanto nos assentamentos já existentes como nos que vierem a ser criados, seria resolver questões como licenciamento ambiental e acesso à saúde. "É preciso criar comunidades rurais, onde as pessoas possam viver bem, com qualidade de vida, produzindo e preservando o meio ambiente", disse à época.

Assentados fecham primeira venda de sementes de feijão para a Venezuela – Site do INCRA. 20/09/2012

Um total de 109 pequenos agricultores assentados pelo Incra na área de reforma agrária Itamarati, situada em Ponta Porã, extremo Sul de Mato Grosso do Sul, vão garantir a entrega de 1,5 mil toneladas de sementes de feijão preto ao governo venezuelano. Em uma primeira etapa serão enviadas ao país vizinho quinhentas toneladas do cereal. Outras mil toneladas estão sendo preparadas para serem destinadas ao Programa de Soberania Alimentar do governo Hugo Chávez.

Os produtores formaram a Coopaceres, uma cooperativa que é a base de sustentação de toda a produção em escala comercial. As negociações entre os governos venezuelano e

brasileiro, que duraram seis meses consecutivos, foram conduzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo o coordenador do setor de produção do MST em Brasília, Milton Fornazierre, não se trata de transação comercial ligada ao agronegócio. “É praticamente um acordo fechado entre o Brasil e a Venezuela, com a participação de outros países, como Cuba e Nicarágua, atendendo à Venezuela também em desenvolvimento de tecnologias modernas na produção de cereais”, conta.

Entre os parceiros, está, por exemplo, a Alba Alimentos de Nicarágua S/A, com sede em Manágua, e a Cuba Control, com sede em Havana, além de uma subsidiária brasileira. As três realizam todo o trâmite das exportações analisando a qualidade dos produtos e transportando em containeres até o porto e embarque nos navios.

Numa primeira etapa são quinhentas toneladas de feijão preto. Outras mil toneladas estão sendo preparadas e visam atender ao Programa de Soberania Alimentar do governo Hugo Chaves. Também estão sendo negociadas 30 toneladas de sementes de arroz de várzea e sequeiro. Os negócios com a Venezuela estão caminhando para o fechamento de maiores exportações no que se refere a cereais para consumo. Além de arroz e feijão, soja e milho também estão sendo negociados, conforme adiantou Milton Fornazierre.

Acompanhamento técnico

As sementes enviadas para a Venezuela serão distribuídas entre os produtores rurais daquele país, que serão acompanhados por técnicos do MST e da Embrapa de Dourados. “A ação visa não apenas o mercado exterior, mas principalmente à melhoria de vida dos assentados da reforma agrária e outros pequenos produtores rurais do Mato Grosso do Sul”, afirma o gerente regional da Embrapa Produtos e Mercados, do escritório de Dourados, Huberto Pascoalick.

Inkra assina termo de cooperação para ampliar acesso às políticas públicas, na Paraíba. Site do MDA. 20/09/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) na Paraíba assina, nesta sexta-feira (21), termo de cooperação técnica com o governo do estado para a promoção de ações que irão dinamizar, nos assentamentos, o acesso às políticas públicas federais e estaduais nas áreas de produção e transferência de tecnologia. A assinatura será às 10h, no Palácio da Redenção, na capital do estado, João Pessoa.

A cooperação tem validade de três anos. As ações serão desenvolvidas por meio do Projeto Cooperar, do programa de microcrédito Empreender/PB e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap).

“O Inkra irá fornecer, entre outras coisas, as informações necessárias para o desenvolvimento das ações, funcionários para a execução dos trabalhos, além de apresentar demandas para a elaboração de projetos e o planejamento das ações da

Política de Reforma Agrária”, explicou o superintendente regional do Inca, Cleofas Caju.

Atribuições

Entre as atribuições do Empreender/PB estão: inscrever as associações e cooperativas interessadas em participar do processo de financiamento do programa, analisar os projetos e acompanhar a execução do financiamento. A Sedap irá colocar servidores à disposição para desenvolver as atividades de apoio logístico, com veículos e equipamentos. O Projeto Cooperar também trabalhará com inscrições de associações e cooperativas interessadas, analisando propostas de projetos e apoiando as demandas levantadas pelos parceiros.

“O termo de cooperação técnica também fortalece a participação dos Conselhos Municipais Unificados, para que eles acompanhem as ações apoiadas pelo Projeto Cooperar e o Empreender/PB, sobretudo com apoio e adesão das empresas prestadoras de serviços de assistência e extensão rural”, disse o superintendente.

“O papel central do Inca é fazer a Reforma Agrária”, afirma sindicalista. José Coutinho Júnior – Site do MST. 21/09/2012

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), Carlos Guedes de Guedes, declararam que a instituição passaria por uma reestruturação.

A mudança mais significativa é que o órgão federal terá como prioridade principal dar assistência técnica aos assentamentos, ao invés da desapropriação de terras. Segundo o funcionário do Inca e Diretor da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inca (CNASI), Acácio Zuniga Leite, essa é uma falsa dicotomia, e “o governo não está desapropriando terras nem melhorando a qualidade dos assentamentos”.

Confira a entrevista de Acácio sobre a reestruturação do Inca para a página do MST:

Os funcionários do Inca estiveram em greve por mais de três meses, e a reestruturação do órgão era uma das pautas. Como você avalia a reestruturação apresentada pelo governo?

Nossa pauta em relação à reestruturação do Inca tinha foco em duas questões: retomar o processo de Reforma Agrária, que está paralisada, e garantir o aumento do corpo técnico, para dar vazão ao processo de qualificação dos assentamentos, de combate a grilagem, fiscalização cadastral, coisas que o Inca tem feito muito pouco ou deixado de fazer, mas que são a nossa missão institucional.

A nossa proposta de reestruturação passava por essas questões. Não há nenhum documento que expresse a posição do governo em relação à Reforma Agrária ou à reestruturação: o que vemos são discursos e falas soltas. A leitura que fazemos dessas falas é que vem um kit do governo em relação ao campo que está baseado na atuação do Inca em conjunto com o programa Brasil Sem Miséria. O problema é que não se coloca a questão da terra como principal.

Ou seja, o minifundiário vai continuar como está, o sem terra também, e o Incra vai atuar como o órgão que dá assistência técnica nos assentamentos que estão na condição de miséria extrema. O discurso que tem vindo vai contra o projeto que defendemos. É um discurso que não ataca a raiz do problema, de retomar o processo de desconcentração fundiária, questão central para o desenvolvimento do campo brasileiro.

No que implica a inclusão do Incra no programa Brasil Sem Miséria?

A miséria hoje no Brasil se concentra no campo. 16 milhões de pessoas estão em situação de pobreza extrema, e 50 % disso está no campo. Como a população do campo é muito menor que a urbana, a pobreza no campo é relativamente muito maior, e ela está concentrada em bolsões que são áreas de minifúndios, pessoas que tem pouca terra, não têm acesso às políticas públicas e estão alijadas de um processo de democratização ou de participação política.

O papel do Incra nesse processo não é ficar atualizando cadastro único, nem aplicando crédito fomento e bolsa verde. Isso também faz parte, mas o papel central é fazer Reforma Agrária, porque é isso que vai dar condições para as famílias saírem de situação de miséria. Quando veio a proposta do Brasil Sem Miséria de entregar 10 quilos de sementes de milho e de feijão para cada agricultor em situação de miséria, alegamos que era uma piada, porque o problema não é a semente, é terra para plantar.

E o pior é que muitas dessas sementes não são crioulas, o agricultor ainda corre o risco de comer semente com fungicida. Não é questão de ser contra ou a favor do Brasil sem Miséria. A miséria no campo é oriunda da concentração fundiária, e os bolsões de pobreza no campo estão nesses lugares com concentração fundiária alta e grilagem de terras.

Por que há assentamentos em condição de miséria extrema?

Nós sabemos que os assentamentos em que há miséria extrema são principalmente os assentamentos recém-implantados há 18, 24 meses atrás, e que não tiveram acesso às políticas públicas do Incra. A miséria se concentra nestes locais; falar que o assentamento é um espaço de miséria é uma mentira.

As políticas públicas do governo federal é que estão inviabilizando a Reforma Agrária. Há casos de assentamentos criados em 2003, nos quais os créditos de fomento da produção não foram pagos às famílias, então é lógico que as pessoas vão estar em situação de miséria.

Isso é relativamente massivo e constante, principalmente na região Norte e Nordeste. O Incra não teve capacidade operacional nem fluidez para conseguir assentar as famílias, aplicar os créditos e dar urbanidade às áreas de assentamento criadas nos últimos oito anos.

Quais são as condições de trabalho dos servidores do Incra?

Nosso problema é a relação entre demanda de trabalho versus capacidade operacional. Entrei no Incra em 2006. Dos colegas que entraram comigo no mesmo concurso, mais

de 40% já foram embora. No primeiro semestre desse ano, mais de 200 pessoas se aposentaram no Incra, e o indicativo é que até o fim do governo Dilma, mais 2500 pessoas se aposentem, o que vai diminuir nossa capacidade operacional em mais de 50%.

É impossível um técnico fazer um trabalho efetivo, qualificado, de acompanhamento do processo de desenvolvimento do assentamento quando há uma relação de um técnico para 1500 famílias. Além disso, o técnico muitas vezes tem que rodar 600, 700 quilômetros da sede do Incra até os assentamentos.

Uma das coisas que apoiávamos no debate de reestruturação era a criação de novas unidades avançadas, que levassem o Incra mais para o interior, sem que os técnicos tivessem de depender tanto da capacidade operacional das capitais onde se localizam as sedes.

A greve dos servidores alterou algo nas políticas do Incra?

O governo encerrou as negociações unilateralmente, e sequer topou fazer uma discussão em relação à estrutura e o debate organizativo da autarquia. Então ficou pendente tanto o debate de recomposição dos quadros por meio de novos concursos quanto o debate de melhoria salarial, pois nosso salário hoje é o menor das autarquias. Além disso, não houve discussão sobre o papel do Incra no desenvolvimento nacional.

Qual sua opinião sobre o discurso do governo de que a Reforma Agrária vai acontecer através de melhorias nos assentamentos já existentes, e não pela quantidade de terras distribuídas?

Essa é uma falsa dicotomia. Essa ideia começa com o debate de que a Reforma Agrária “é cara”. Virou senso comum a ideia de que “ou avançamos na obtenção de terras ou na qualidade dos assentamentos”. É necessário avançarmos nas duas frentes, e isso só depende de vontade política do governo federal.

Da mesma forma que se avança em outras políticas estruturantes, podemos avançar na Reforma Agrária, e não só por meio do Incra, mas também com o Ministério do Desenvolvimento Social, governos estaduais, colocando as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers) para dar assistência técnica.

Há um mar de possibilidades, mas o que vemos hoje é que nem o governo Lula nem o governo Dilma fizeram essa opção em avançar de maneira importante na Reforma Agrária e nos assentamentos. O valor do orçamento do Incra de 2012, se colocarmos um defletor, é o mesmo de 1995. Não houve uma melhoria no investimento por parte dos governos, e isso reflete na quantidade de famílias assentadas em 2011 e 2012. Na verdade, o governo não está desapropriando terras nem melhorando a qualidade dos assentamentos.

E a parceria do Incra com o programa Minha Casa, Minha Vida?

O debate das casas é importante, porque o modelo que a gente usa de construção de casas constrói moradias mais baratas e de melhor qualidade do que o Minha Casa, Minha Vida.

Nossa política tem controle social. O que o Incra propõe com a ida desse programa para a Caixa é desestruturar um programa de base organizativa, que é pensado junto com as famílias e de acordo com as necessidades delas, e entregá-lo às empresas, que só visam o lucro.

O que o Incra precisa para realizar um processo efetivo de Reforma Agrária?

Temos que convencer a presidenta de que a Reforma Agrária é importante, porque ela não entende nada de questão agrária. A assessoria dela na Casa Civil em relação ao tema é péssima: são as mesmas pessoas desde o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso).

Por isso há a visão de que a Reforma Agrária é cara e desnecessária. Pelo contrário, ela é tão importante como necessária, por isso existem mais de 100 mil famílias acampadas por aí. A questão central é dar importância política a essa pauta, e mostrar que a Reforma Agrária é necessária para o desenvolvimento do país, inclusive como uma política anticíclica dessa crise do capitalismo.

Incra busca articulação entre programas de combate à pobreza para beneficiar agricultores gaúchos – Site do INCRA. 21/09/2012

O presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, reuniu-se na manhã desta sexta-feira (21) com o secretário chefe da Casa Civil do governo do Rio Grande do Sul, Carlos Pestana, e com o superintendente do Incra/RS, Roberto Ramos, para buscar uma articulação entre os programas Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, e RS Mais Igual, do governo estadual – ambos voltados ao combate da pobreza. A reunião ocorreu no Palácio Piratini, sede do Poder Executivo estadual.

Em roteiro pelo interior do Estado, nesta semana, o presidente constatou que famílias de agricultores familiares no entorno de assentamentos também podem ser beneficiadas pela dinâmica do Brasil Sem Miséria, que passou a ser adotada pelo Incra para projetos recentes e novos. “Em São Gabriel, estamos investindo na produção de arroz orgânico, de leite, com parceria da Embrapa. As famílias vão acessar o Minha Casa Minha Vida. Com a parceria do governo estadual, podemos ampliar este benefício para o entorno, identificando as famílias de agricultores que também podem ser contempladas”, afirmou Guedes.

Carlos Pestana lembrou que a pobreza rural é diferente da urbana, e que o RS Mais Igual já tem se beneficiado das informações e estratégias voltadas aos territórios rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário. “Canalizar as ações estaduais e federais pode favorecer a população no campo. Temos condições de tornar o pólo de assentamentos em São Gabriel, Alegrete e Santa Margarida do Sul, um pólo de atuação conjunta”, afirmou Guedes.

Regularização

Outro tema em que uma articulação entre as ações federais e estaduais pode resultar em benefícios é a questão da regularização. Nesta terça-feira (18), o Incra assinou portaria de arrecadação de área na Ilha da Torotama, no município de Rio Grande, beneficiando cerca de 400 famílias.

A questão da documentação da terra é importante para quem vive nela. “Podemos facilitar o processo de sucessão fundiária”, afirmou Guedes, enfatizando a importância de integração de ações com cartórios e o Poder Judiciário. O superintendente Roberto Ramos lembrou que o Incra/RS já realiza, por meio de convênio, um levantamento da situação fundiária em quatro municípios. O estudo deve sugerir soluções eficientes para diferentes situações de regularização.

A desnacionalização fundiária. Mauro Santayana – Carta Maior. 23/09/2012

Os grandes agronegocios brasileiros estão pressionando o governo e o Congresso, a fim de que sejam abolidas as restrições (já de si débeis) à aquisição de terras nacionais pelos estrangeiros. Eles querem ganhar, ao se associarem aos capitais de fora ou participando da especulação de terras.

Há cem anos, sobre um vasto território entre o Paraná e Santa Catarina, uma empresa norte-americana, a Southern Brazil Lumber & Colonization, reinava absoluta. Com a maioria de empregados norte-americanos, contratados por Percival Farquhar, que pretendia transformar o Brasil em vasta empresa de sua propriedade, a Lumber abatia todas as árvores de valor comercial, da imbuia à araucária. Todas as manhãs, ao som de um gramofone, os empregados – incluídos os brasileiros – reunidos na sede da empresa, em Três Barras, entoavam o hino norte-americano, The Star-Spangled Banner, enquanto a bandeira de listras e estrelas era hasteada. Ao anoitecer, repetia-se a cerimônia, ao recolher-se o pavilhão. Ali mandavam e desmandavam os ianques. O imenso espaço em que se moviam os homens de Farquhar estava fora da jurisdição brasileira.

Embora não houvesse sido a única razão do conflito, a Lumber esteve no centro da Guerra do Contestado, um dos mais épicos movimentos de afirmação nacionalista do povo brasileiro. Nele, houve de tudo, dos interesses econômicos de Farquhar e seus assalariados pertencentes às oligarquias políticas, ao fanatismo religioso, em que não faltou uma Joana d'Arc – a menina Maria Rosa morta aos 15 anos na beira do Rio Caçador, lutando como homem.

Enquanto houver nações, a terra, o sangue e a honra continuarão unidos para dar corpo ao que chamávamos pátria, e de que nos esquecemos hoje. Quem conhece história sabe que os movimentos internacionalistas, quase sempre a serviço dos impérios, acabam sendo vencidos pelos sentimentos mais poderosos dos povos identificados pela cultura, pelas crenças – e pela língua. Nós podemos conhecer muitas línguas, mas só saberemos expressar os sentimentos mais fortes naquela que aprendemos dos lábios maternos. Podemos conhecer todas as paisagens do mundo, mas só nos identificamos com aquelas que os nossos olhos descobriram sob o sol da infância.

Mas há duas formas de pisar o chão pátrio: a dos ricos e a dos pobres.

Isso explica por que os grandes agronegocios brasileiros estão pressionando o governo e o Congresso, a fim de que sejam abolidas as restrições (já de si débeis) à aquisição de terras nacionais pelos estrangeiros. Eles querem ganhar, ao se associarem aos capitais de fora ou participando da especulação de terras. Calcula-se que mais de um por cento das terras brasileiras já pertençam, e de forma legalizada, aos alienígenas. A essa enorme área há que se acrescentar glebas imensas, adquiridas de forma subreptícia, e sem conhecimento público, porque os cartórios de imóveis estão dispensados de registrar a nacionalidade dos compradores.

O Congresso está para aprovar a flexibilização das leis que regulam o assunto, ao estender à agropecuária a Doutrina Fernando Henrique Cardoso, que considera empresa nacional qualquer uma que se estabelecer no Brasil, com o dinheiro vindo de onde vier e controlada por quem for, e que tenha sua sede em Nova Iorque ou nas Ilhas Virgens.

Nós tivemos, no século 19, uma equivocada política colonizadora, que concentrou, nos estados meridionais, a presença de imigrantes europeus.

Isso implicou a criação de enclaves culturais que se revelariam antinacionais, durante os anos 30 e 40 do século passado. Foi difícil ao Brasil conter a quinta-coluna nazista e fascista que se aliava ao projeto de Hitler de estabelecer, no Cone Sul, a sua Germânia Austral. O governo de Vargas foi compelido a atos de firmeza – alguns com violência – a fim de manter a nossa soberania na região. Só no Piauí, a venda de glebas aos estrangeiros aumentou em 138% entre 2007 e 2010. São terras especiais, como as do sudoeste da Bahia, que estão sendo ocupadas até mesmo por neozelandeses.

estamos em momento histórico delicado, em que os recursos naturais passam a ser disputados com desespero por todos. As terras férteis e molhadas, de que somos os maiores senhores do mundo, são a garantia da sobrevivência no futuro que está chegando, célere. Nosso território não nos foi doado. Nós o conquistamos, e sobre ele mantivemos a soberania, com muito sangue e sacrifícios imensos. Não podemos cedê-los aos estrangeiros, a menos que estejamos dispostos a viver contidos em nossa própria pátria, desviando-nos das colônias estrangeiras, cada uma delas marcada por bandeira diferente.

Ao contrário da liberalização que pretendem alguns parlamentares do agronegócio, que esperam um investimento de 60 bilhões na produção de soja e milho transgênicos no país – o que devemos fazer, e com urgência, é restringir, mais ainda, a venda de terras aos estrangeiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Do contrário, e em tempo relativamente curto, teremos que expulsá-los, seja de que forma for, e enfrentar, provavelmente, a retaliação bélica de seus países de origem.

É melhor evitar tudo isso, antes que seja tarde.

Por que o Estadão se entusiasma com o novo presidente do Incra?

24 de setembro de 2012

Da Página do MST

O jornal "O Estado de S. Paulo" comemora em editorial deste domingo o que chamam de "modernização do Incra".

Essa modernização seria uma mudança de foco do Incra, deixando em segundo plano o combate ao latifúndio para dar prioridade a uma política de aumento da produção dos assentamentos.

Todos querem uma melhoria das condições de vida das famílias assentadas, sobretudo elas mesmas, que estão há muitos anos trabalhando, vendendo sua força de trabalho..

Mas Reforma Agrária significa democratizar o acesso à propriedade agrícola e construir uma sociedade com a terra distribuída equitativamente a toda população.

Esconder a defesa do latifúndio, evitando desapropriações, em nome da melhoria da situação das famílias já assentadas é uma hipocrisia, mau caratismo, ignorância ou adesão simples aos interesses dos fazendeiros que monopolizam a propriedade da terra.

A lógica do novo presidente do Incra representa dizer aos sem moradia da cidade que esperem melhorar as reformas das casas que já existem para, somente depois, investir na construção de novas casas.

Fica uma questão: por que o governo não se aplica a mesma lógica no orçamento público: primeiro garantir saúde e educação aos mais pobres para depois pagar juros aos banqueiros?

Por que não se aplica também a mesma lógica para os recursos do crédito rural: atender primeiro aos 3 milhões de famílias de camponeses que estão fora do Pronaf, depois, as famílias que já estão no Pronaf (que receberão R\$ 14 bilhões) e, por último, as grandes empresas transnacionais do agronegócio (que receberão nada menos do que R\$ 120 bilhões)?

Se vale o velho ditado "me diga com quem andas e te direi quem és", seria de estranhar que a fina flor da direita paulista, representada pelos seus zeladores ideológicos do Estadão, fiquem entusiasmados com o novo presidente do Incra.

Parece que desponta um favorito para ocupar a presidência do Incra no dia em que o Estadão conseguir colocar em marcha seu projeto de tirar o PT da Presidência da República...

Abaixo, leia o editorial do Estadão deste domingo.

Um Incra modernizado

O Estado de S.Paulo

23 de setembro de 2012

É tão racional e tão simples a justificativa do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), economista Carlos Guedes de Guedes, para uma radical transformação da atuação da autarquia - vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - que as pessoas sinceramente preocupadas em reduzir a pobreza no campo não podem deixar de concordar com ela.

De acordo com a nova visão do Incra, se a reforma agrária tem como objetivo melhorar as condições de vida dos que não têm acesso à terra para plantar, o assentamento em áreas desapropriadas pelo governo para esse fim deve ter como objetivo principal permitir às famílias a obtenção de renda suficiente para uma existência digna. É isso que o Incra buscará, não mais, simplesmente, o aumento contínuo das estatísticas de áreas desapropriadas - como vinha fazendo e como continuam a exigir os movimentos sociais ligados ao campo e algumas alas do PT.

A bandeira da reforma agrária é empunhada por movimentos sociais, como o MST, e grupos político-partidários que não conseguiram acompanhar as transformações pelas quais o País passou e, por isso, estão cada vez mais distantes da realidade do campo e dos problemas da população rural. Mesmo com a drástica redução do número de famílias semtrabalho regular no campo e sem acesso à terra, suas reivindicações se limitam às desapropriações, numa demonstração de que sua preocupação é cada vez mais atacar a propriedade privada e cada vez menos a situação dos que dizem defender.

Felizmente, o governo Dilma vem dando sinais de que abandonou a política paternalista em relação a esses movimentos que prevaleceu nos dois mandatos de Lula e, em vez de aumentar as estatísticas de desapropriações para agradar a certos dirigentes políticos, quer aumentar a produção de alimentos nos assentamentos e facilitar a comercialização do excedente, para assegurar mais renda.

Ao assumir o cargo, há dois meses, o presidente do Incra disse que sua meta principal é melhorar a situação dos assentamentos. "Pretendemos fazer gestões junto aos movimentos sociais para que os assentamentos tenham início, meio e fim, e possam se transformar em comunidades rurais onde as pessoas possam viver com qualidade de vida, produção e preservação do meio ambiente", afirmou então Guedes.

"Em décadas passadas, o Incra se consolidou como um espaço de resposta às demandas que os movimentos sociais apresentavam com muita contundência", disse o presidente do Incra em entrevista ao jornal Valor (19/9). No governo Lula, a violência levada ao campo pelo MST e outras organizações foi tratada com leniência e as reivindicações desses grupos atendidas com a edição de seguidos decretos de desapropriação de terras.

Agora, as desapropriações estão em segundo plano. Estatísticas recentes mostram uma notável redução de propriedades e áreas desapropriadas e dos assentamentos. O número de famílias assentadas em 2011 (22.021) foi o menor dos últimos 16 anos. Em 2012, o primeiro decreto declarando imóveis rurais como áreas de interesse social para fins de reforma agrária só foi publicado no dia 21 de agosto. São 21 imóveis, onde 1,1 mil famílias poderão ser assentadas.

Além de estimular a produção nos assentamentos, por meio de treinamento e do empregocrescente de técnicas e insumos que aumentem a produtividade, o Incra se

articulará com outros programas do governo, tanto na área de infraestrutura (principalmente estradas) como na social (como o programa Minha Casa, Minha Vida).

Ao deixar para outros órgãos do governo o que vinha fazendo sozinho, o Incra pode montar uma nova estrutura orçamentária. A verba destinada à assistência técnica, por exemplo, passou de R\$ 110 milhões em 2011 para R\$ 245 milhões neste ano, com aumento de 123%. Já a verba para desapropriações diminuiu 11,5%, de R\$ 790,8 milhões para R\$ 700 milhões.

"Com isso temos mais tempo para cuidar do que realmente interessa, o assentado", disse Guedes. Melhor para o assentado, para a agricultura e para o País.

Instrução Normativa define procedimentos para aquisição de terras por estrangeiros – Site do INCRA. 28/09/2012

Os procedimentos administrativos a serem seguidos para aquisição ou arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros passam a ser regulados pela Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 1 - dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura e Pecuária (Mapa), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Turismo, além do Incra. A INC foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (28).

Uma das principais definições trazidas pela Instrução Normativa são os elementos mínimos que devem constar no chamado Projeto de Exploração. O documento é necessário nos casos de compra ou arrendamento, por pessoa física estrangeira, de área acima de 20 módulos de exploração indefinida (MEI), que varia de cinco a 70 hectares, conforme o município de localização do imóvel. Quando se tratar de pessoa jurídica, a apresentação do projeto independe do tamanho da área

O documento, que deverá integrar o processo de pedido de aquisição ou arrendamento a ser aberto na superintendência do Incra no estado onde se localiza o imóvel, já era uma exigência da Lei nº 5.909/71, entretanto não estava normatizado. O projeto deverá ser elaborado por profissional habilitado e conter, além da descrição de cada etapa de desenvolvimento do projeto, documentos que indiquem a proporção do imóvel a ser ocupado pelo projeto; cronograma físico e financeiro do investimento e eventual utilização de crédito oficial no financiamento do empreendimento.

Também deverá estar indicada a viabilidade logística de execução e, no caso de projeto industrial, a demonstração de compatibilidade entre locais da planta industrial e geográfica das terras, além da demonstração de compatibilidade com critérios para Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) referentes à localidade do imóvel.

Trâmite

Após análise técnica na autarquia, o Projeto de Exploração será encaminhado ao MDA, que se manifestará quando se tratar de projeto de colonização. Quando tiver relação com assuntos ligados a atividade agrícola ou pecuária, o documento segue para aprovação do MAPA. No caso de envolver atividade industrial ou agroindustrial, será analisado pelo

MDIC e quando se tratar de empreendimentos turísticos, segue para o MTur. Outros órgãos que tenham relação com o empreendimento também poderão ser consultados.

Depois da análise e manifestação desses órgãos e do MDA, o documento é devolvido ao Incra, para prosseguimento, ou se o imóvel estiver em faixa de fronteira ou em área considerada indispensável à segurança nacional, ao Conselho de Defesa Nacional

O processo tem início e fim no Incra. As aquisições serão monitoradas pelo Sistema Nacional de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros (Sisnat), que deverá estar em funcionamento até o fim deste ano e poderá ser consultado por outros órgãos públicos, além de oferecer ao interessado a possibilidade de acompanhar a situação do processo. Está prevista, ainda, a disponibilização, na página do Incra na internet, das informações atualizadas sobre o número de imóveis adquiridos por estrangeiros no País.

“Luta pela terra não deve ter limites”, defende Sánchez Gordillo. Guilherme Kolling e Naira – Site do MST. 28/09/2012

Nome mais conhecido entre partidários da reforma agrária na Espanha, Juan Manuel Sánchez Gordillo liderou marcha de trabalhadores em agosto e chamou a atenção ao tomar alimentos de um supermercado e distribuir a famílias pobres. Chamado de “Robin Hood espanhol” por publicações como o Financial Times, ele justifica a necessidade de ações de desobediência civil em entrevista exclusiva a Carta Maior.

Juan Manuel Sánchez Gordillo é um nome conhecido na Espanha desde o início dos anos 1980, quando liderou trabalhadores do pequeno município de Marinaleda na ocupação de um latifúndio improdutivo. Prefeito da localidade e deputado na Andaluzia, ele ainda é um ativista importante da Reforma Agrária.

Voltou ao noticiário em agosto, ao liderar uma marcha do Sindicato Andaluz de Trabalhadores (SAT) pela distribuição de terras públicas a pequenos produtores, contra cortes nos gastos sociais e por punição dos banqueiros responsáveis pela crise. O grupo ocupou agências bancárias, palácios e supermercados de multinacionais, de onde levou alimentos sem pagar para distribuir a famílias necessitadas.

Esgotado ao final da caminhada de um mês pelo sul da Espanha, Gordillo recebeu a reportagem da Carta Maior em sua casa no dia 9 de setembro. Nesta entrevista, ele defende as ações de desobediência civil e argumenta que a forma de luta pela terra não deve ter limites.

Ainda avalia que a reforma agrária hoje na Espanha é mais necessária do que no século XIX, sustenta que a fixação do jovem no campo passa por receber as mesmas oportunidades que teria na cidade, e elogia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, para ele o mais importante movimento de massas do mundo na atualidade.

Também demonstra esperança nos Indignados, fala sobre o Fórum Social Mundial e comenta o sistema de participação popular no município que comanda há três décadas. “A democracia direta é um veículo imprescindível para uma nova esquerda e um novo mundo”.

A ocupação de latifúndios improdutivos é uma estratégia utilizada há décadas no Brasil para lutar pela reforma agrária. Esse tipo de ação ainda é válido ou há outras formas melhores de reivindicar a distribuição de terras?

Penso que a terra, como o ar e a água, forma parte da natureza e, portanto, não deve servir para o enriquecimento privado, mas sim para a comunidade que habita uma determinada área. A terra, a água, as sementes devem formar parte dessa comunidade basicamente para a produção de alimentos, como direito, não como negócio. É o que eu chamaria de soberania alimentar.

A forma ideal de reivindicar que a terra esteja a serviço da comunidade é fazendo marchas, protestos ou tomando supermercados como vocês fizeram recentemente?

Creio que a forma de luta não deve ter limites. E há que se ter imaginação para abrir novos métodos de luta que o sistema custe a superar. Porque o clássico movimento de luta, de alguma maneira, o sistema teve a capacidade de absorvê-lo e convertê-lo em algo que não inquieta ao seus interesses. Portanto, é imprescindível ter muita imaginação no método de luta, clareza nos objetivos e constância na peleia.

Qual é a importância da reforma agrária hoje na Espanha?

Na Andaluzia (comunidade que reúne as províncias do sul do país), 2% dos proprietários detém 50% das terras cultiváveis. É uma estrutura quase feudal, que não é própria dos nossos dias. Diria que a reforma agrária no século XXI é mais necessária do que no século XIX, porque o alimento deve cumprir um papel estratégico. No futuro, quem controlar os alimentos vai controlar o planeta. Da mesma forma que há guerra pelo petróleo, acredito que haverá por água potável e alimentos. Toda a pessoa tem que comer, então, não é razoável um sistema em que três quartas partes da humanidade passe fome e se joguem alimentos fora no mar.

É necessária essa reforma que ponha os recursos básicos da natureza a serviço do ser humano. O velho sistema de agricultura capitalista fracassou: aumentou a fome no mundo, vieram os transgênicos, apareceram monopólios financeiros que controlam todo o comércio mundial. Portanto, a reforma agrária é imprescindível, é uma luta em que estamos há muito tempo porque acreditamos que o futuro de uma Andaluzia livre e soberana dificilmente será feito sem uma reforma agrária, com todas as suas consequências.

E há uma janela na legislação espanhola que permita fazer essa Reforma Agrária?

Não. Teve na Segunda República uma lei de reforma agrária e (o ex-ditador Francisco) Franco a liquidou. Depois, em 1984, houve uma tentativa de reforma agrária por pressão do sindicatos, mas foi uma lei mais retórica do que real, não chegou a expropriar nem uma peseta (antiga moeda na Espanha). Havia tantos pré-requisitos e problemas burocráticos que, ao final, não serviu para absolutamente nada. Serviu simplesmente para que os terratenentes (“coronéis”) trocassem a titularidade da terra, dissimulando legalmente que eram grandes latifundiários.

Essa marcha entre agosto e setembro na Andaluzia foi a que reuniu mais apoiadores nos últimos anos. Como está a luta pela reforma agrária hoje?

Há uma mobilização que vem de baixo. O Estado diz que a reforma agrária é uma coisa do século XIX. Para nós, é do século XXI, é mais necessária do que nunca, é imprescindível. E é um tema que não deve preocupar somente o trabalhador rural, mas também aos consumidores. O que comemos todos os dias deve ser uma preocupação geral. E o que a marcha fez foi conectar as preocupações do campo com as da cidade, e, de alguma maneira, dar esse empurrão para que seja possível a reforma agrária em uma Europa que dá as costas para a terra.

Teria um efeito positivo nesse momento de crise na Europa?

Uma reforma agrária seria muito importante na Andaluzia, em Portugal... E sobretudo se fosse o início de um mundo diferente, onde os recursos se ponham a serviço do ser humano, onde a economia seja posta a serviço do homem e não o contrário.

No Brasil, a luta pela reforma agrária é liderada pelo MST. Qual é a sua avaliação do movimento?

É o movimento de massas mais importante que há no mundo ainda hoje. E penso que deve se potencializar e aprofundar para conseguir uma sociedade diferente, que, por certo, não é capitalista. E o MST é um movimento imprescindível no Brasil, país onde a terra está tão concentrada. Torço para que nenhuma burocracia o estrague e que o MST sempre funcione por seu objetivo primário.

A propósito de movimentos e de lutas no campo e na cidade, o mundo está atento aos Indignados, ou 15-M como dizem aqui na Espanha (referência ao 15 de maio de 2011, quando surgiu o movimento).

O 15-M foi um despertar espontâneo muito interessante. E há uma grande conexão conosco. Nesse momento, e depois dos últimos acontecimentos, dá para ver a possibilidade de unir uma boa parte da opinião pública e de setores produtivos para promover uma mudança real em todos os lugares.

Um dos dizeres do 15-M é “democracia real já”, pois o sistema atual não seria representativo nem democrático. As assembleias aqui em Marinaleda para discutir o orçamento e os problemas do município são uma tentativa desse ideal pregado pelos Indignados?

Nós levamos para a assembleia dos cidadãos qualquer tema ou problema do município. Em todos os assuntos - sindical, político... Temos um orçamento participativo, discutido bairro por bairro, até que em um encontro final de todos os vizinhos se toma a decisão sobre esse orçamento. Quando acertamos, acertamos muitos, e quando erramos, erramos muitos. Em qualquer caso, a melhor maneira de decidir é coletivamente. A democracia direta é um veículo imprescindível para uma nova esquerda e um novo mundo.

E qual é a sua avaliação do Fórum Social Mundial?

Me parece muito interessante esse encontro. Talvez, um defeito seja que se teoriza muito e se concretiza pouco. As reflexões são muito profundas e necessárias, porque anunciam um mundo melhor. Falta não apenas anunciar que um outro mundo é possível, mas também converter esse outro mundo em realidade.

O futuro do mundo depende muito do jovem. Uma questão que se coloca é como atrair esse jovem para a vida no campo, tendo em vista as atrações da cidade, carreiras universitárias... O campo será sempre uma segunda opção?

É possível que essa seja uma primeira opção do jovem sempre e quando se contemplem as mesmas possibilidades de desenvolvimento do ser humano em qualquer parte do país. Ou seja, que o mundo rural e o mundo urbano se assemelhem em termos de oportunidades. E que a agricultura e a agroindústria cumpram um papel muito mais decisivo do que o que tem nos dias de hoje.

O MST criou, em algumas comunidades do Brasil, escolas e universidades. Essa oportunidade de formação seria um exemplo disso?

Sim. Estive no Brasil visitando algumas comunidades, com um método próprio de ensino, com uma titulação própria. Essa é uma das grandes conquistas do MST. Que o assentado possa educar a sua gente com seus próprios valores, com sua maneira de entender a vida, para que essa cooperativa, esse assentamento tenham continuidade no futuro. Porque se há uma desconexão entre a rua e o meio, é impossível que se avance em um ideal de modelo agrícola diferente, com outros valores.

E o jovem de hoje está aberto a isso?

O jovem tem recebido muita carga da sociedade de consumo e do brilho da cidade. Faz falta uma revolução de valores - solidariedade, companheirismo. Aqui em Marinaleda tentamos através das assembleias, das manifestações, da rádio, da televisão, colocar esses novos valores que deem lugar a um ser humano novo. Se queremos um mundo diferente, precisamos não apenas de jovens, mas de jovens diferentes. Seria interessante que fizessem projetos pilotos no país em que se contemplassem todas as possibilidades de desenvolvimento que se encontra nas universidades. Para que seja atrativo, que as pessoas vejam que podem progredir no campo. Seria um exemplo de como conseguir um avanço no retorno do jovem ao campo.
